



EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2022

ANTÔNIO MARCOS CAVALHEIRO FLORES, PREFEITO MUNICIPAL DE PAINEL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA DISCORDÂNCIA DE GABARITO E QUESTÕES do Edital de Processo Seletivo 04/2022, conforme segue:

JULGAMENTO DOS RECURSOS

RECURSO 001

Requerem os candidatos a anulação ou alteração de gabarito da questão nº 11 para os cargos de nível médio e superior.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. Recurso não assiste aos recorrentes, visto que a questão se apresenta correta. O PIX foi criado em 2020, conforme RESOLUÇÃO DC/BACEN Nº 1 DE 12/08/2020, disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-dc-bacen-1-2020.htm>

RECURSO 002

Requerem os candidatos a anulação ou alteração de gabarito da questão nº 16 para os cargos de Professor V – Pedagogia e Monitor de Creche.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. Recurso não assiste aos recorrentes, visto que a questão se apresenta correta. A questão apresenta quatro alternativas, sendo apenas uma alternativa correta, conforme determina o item 6.3 do edital, senão vejamos:

6.3. Prova Objetiva (PO) de múltipla escolha, com quatro alternativas, sendo apenas 1 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

Não há na referida questão erro crasso ou prejuízo aos candidatos para identificar a alternativa correta, não há evidente ilegalidade e conseqüente necessidade de declaração de nulidade da questão.

RECURSO 003

Requerem os candidatos a anulação ou alteração de gabarito da questão nº 21 para o cargo de Advogado.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. Recurso não assiste aos recorrentes, visto que a questão se apresenta correta. Passamos a analisar o conteúdo da questão:

21) Considerando as disposições contidas na Lei N º11.079, de 30 de dezembro de 2004, a qual institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, assinale a alternativa incorreta.

A Lei nº 11.079/04 institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privado, ou seja, trata de legislação sobre licitação, presente no conteúdo programático, senão vejamos:

DIREITO PROCESSUAL PENAL: 1) Princípios constitucionais e infraconstitucionais de Direito Processual Penal; 2) Código de Processo Penal: 2.1) Da ação penal; 2.2) Da ação civil; 2.3) Da competência; 2.4) Da prova. 3) Lei 12.694/2012. Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021. Leis de Licitações e Contratos vigentes.(grifei)

Painel, 03 de janeiro de 2023.

ANTÔNIO MARCOS CAVALHEIRO FLORES
Prefeito Municipal